

PROSPECÇÃO DE MEIOS DE VIDA ALTERNATIVOS AO CULTIVO DO TABACO NO SUDOESTE DO PARANÁ¹

Miguel Angelo Perondi²
Cleimary Fatima Zotti³
Norma Kiyota⁴
Ana Paula Schervinski Villwock⁵

RESUMO

Com base em estratégias de diversificação, os fumicultores e ex-produtores de tabaco podem melhorar a renda e a qualidade de vida de suas famílias em áreas rurais. O pressuposto inicial deste estudo foi que os meios de vida baseados na diversificação da renda contribuem para uma maior independência dos rendimentos obtidos com a produção de tabaco. Ao final, observouse que os fumicultores da região Sudoeste do Paraná estabelecem um conjunto de rendas que mantém a possibilidade de reconversão da área cultivada com tabaco, embora a renda não seja o único parâmetro a ser considerado entre as famílias que gostariam de trocar de atividade. A tomada de decisão para a reconversão dessa área ocorre quando duas questões são evidenciadas: a) a obtenção de uma nova alternativa de renda compatível com a alcançada com o tabaco, como a observada neste estudo por meio da inserção da produção leiteira, da integração avícola, de uma estratégia não agrícola, ou da agregação de valor; b) a obtenção de uma melhor qualidade de vida, seja mediante a conquista de uma ocupação que oferece um menor risco à saúde de sua família e a diminuição da penosidade ou da demanda total da força de trabalho, seja por outros fatores considerados importantes pelas famílias.

Termos para indexação: diversificação, *Nicotiana tabacum*, renda alternativa, sistema de produção.

¹ Este trabalho expressa os resultados parciais do projeto Diagnóstico do Sistema de Produção do Tabaco no Sul do Brasil, coordenado pelo professor Miguel Angelo Perondi, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), e financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, em 2009.

² Agrônomo, Doutor em Desenvolvimento Rural, professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Campus de Pato Branco, Via do Conhecimento, Km 1, CEP 85503-390 Pato Branco, PR. perondi@utfpr.edu.br

³ Agrônoma, Mestre em Desenvolvimento Rural, pesquisadora contratada pelo projeto Diagnóstico do Sistema de Produção do Tabaco no Sul do Brasil, Rua Ubaldino do Amaral, 374, CEP 80060-190 Curitiba, PR. keyzotti@yahoo.com.br

⁴ Agrônoma, Doutora em Desenvolvimento Rural, pesquisadora do Instituto Agronômico do Paraná (Iapar), Rodovia BR 158, 5517, Caixa Postal nº 510, CEP 85501-970 Pato Branco, PR. normak@iapar.br

⁵ Bolsista de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), graduanda de Agronomia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Via do Conhecimento, Km 1, CEP 85503-390 Pato Branco, PR. ana.agronomia@gmail.com

PROSPECTING OF LIVELIHOODS ALTERNATIVE TO TOBACCO GROWING IN SOUTHWESTERN PARANÁ

ABSTRACT

From diversification strategies, tobacco farmers and former tobacco producers can improve income and quality of life for their families in rural areas. The initial assumption of this study was that the livelihoods based on diversification of income contribute to greater independence of income obtained from tobacco production. In the end, it was observed that the tobacco farmers of the southwestern region of Paraná, Brazil, define a set of income sources that keeps the possibility of reconverting the area cultivated with tobacco, although income is not the only parameter to be considered by the families who would like to change their activity. The decision making for the reconversion of this area occurs when two issues are highlighted: a) obtainment of a new source of income consistent with that achieved from tobacco, as that observed in this study through the inclusion of milk production, poultry integration, a non-agricultural strategy, or addition of value; b) obtainment of a better quality of life, whether through the acquisition of a job that poses lower health risk to their families and provides reduction in the painfulness of work or in the total demand of the workforce required, or through other factors considered important by the families.

Index terms: alternative income, diversification, *Nicotiana tabacum*, production system.

INTRODUÇÃO

Os inúmeros efeitos nocivos causados pelo consumo de produtos derivados do tabaco são conhecidos mundialmente. De acordo com a Revista Rede Câncer (RETRATO..., 2008), estima-se que a população de fumantes adultos seja de 1,2 bilhão de pessoas em todo o mundo, dos quais dois terços concentram-se em dez países, entre eles, o Brasil. As doenças causadas pelo tabagismo são responsáveis por 10 mil mortes a cada dia; mesmo assim, a redução do número de fumantes é de apenas 1% por ano.

Na outra ponta da cadeia, na qual se encontram os produtores de fumo, os riscos de danos à saúde são latentes. Conforme Boeira e Guivant (2003), a saúde dos fumicultores é agredida de diversas formas: pelo uso de agrotóxicos no cultivo do fumo; pelo contato direto com a planta úmida, que libera nicotina, e esta é absorvida pela epiderme; ou pelo cheiro das folhas durante a secagem nas estufas, que causa mal-estar.

Etges (2002), em pesquisa realizada com 315 fumicultores da região em que se localiza o Município de Santa Cruz do Sul, RS, afirma que os agrotóxicos utilizados no cultivo do tabaco causam intoxicações e distúrbios neurocomportamentais nos membros das unidades familiares. As análises laboratoriais apontam o manganês

como um elemento químico que pode estar desempenhando papel relevante, do ponto de vista toxicológico. A principal evidência, em relação a isso, foi a detecção da presença desse elemento no soro sanguíneo dos investigados em níveis muito acima dos descritos em literatura para pessoas expostas e não expostas.

A mesma pesquisa constatou números significativos de morbidade psiquiátrica (44%), ansiedade (65%) e problemas no sistema nervoso (25%). Conforme os autores, os números relativos à ansiedade e à morbidade psiquiátrica são mais elevados do que os registrados em outros estudos realizados na zona urbana. Outra enfermidade apresentada pelos fumicultores é a doença da Folha Verde do Tabaco (FVT), que é contraída pela absorção da nicotina oriunda das folhas do tabaco. Essa enfermidade causa náuseas, vômitos, dores abdominais e de cabeça, mudanças na pressão sanguínea, entre outros efeitos, que muitas vezes acabam sendo confundidos pelos agricultores com os oriundos da intoxicação por agrotóxicos.

Conforme a Coalition Québécoise pour le Contrôle du Tabac (2005), considerando o tabaco desde o cultivo até o seu consumo final, este causa mais mortes do que a soma das mortes oriundas do álcool, drogas, suicídios, assassinatos, acidentes de automóveis e Aids. De acordo com o relatório apresentado pela World Health Organization (2002), o número de 4,9 milhões de mortes causadas pelo tabagismo no ano de 2000 é superior em um milhão à estimativa realizada no ano de 1990. Esse aumento foi mais acentuado nos países em desenvolvimento.

Diante desse cenário, há um esforço mundial para reduzir o consumo de tabaco, que resultou, em 2003, na elaboração da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), o primeiro tratado internacional de saúde pública negociado sob os auspícios da Organização Mundial da Saúde (OMS). Tal convenção foi ratificada pelo Brasil em 2005 e conta, hoje, com a participação demais de 192 países.

Além de propor a redução do consumo do tabaco, a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco⁶ sugere, também, a redução do cultivo

⁶ No Brasil, a ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco ocorreu com o comprometimento de cinco ministérios em viabilizar o Programa de Apoio à Diversificação nas Áreas de Cultivo de Tabaco. O texto da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco se encontra no site da Organização Mundial da Saúde: <<http://www.who.int/tobacco/resources/publications/fctc/en/index.html>>.

do tabaco nas unidades familiares envolvidas com essa cadeia produtiva, como pode ser observado em sua publicação:

O objetivo desta Convenção e seus protocolos é proteger as gerações presente e futura das devastadoras conseqüências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas do consumo de tabaco e da exposição à fumaça do tabaco, fornecendo uma base para a implantação das medidas de controle do tabaco pelas partes nos níveis nacional, regional e internacional, a fim de reduzir continuamente e de forma substancial a prevalência do uso de tabaco e exposição à fumaça do tabaco (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2003, p. 11, tradução nossa).

O Brasil é o segundo maior produtor mundial de tabaco, tendo a produção inferior apenas àquela apresentada pela China, e é o líder mundial em exportação, tendo exportado 564.000 toneladas de folhas secas de tabaco na safra 2004-2005 (USDA, 2010). Nesse mesmo ano, o Sul do Brasil foi responsável por 97% do total da produção nacional de fumo (IBGE, 2010).

Na safra de 2007-2008, foram produzidas 720 mil toneladas, em 730 municípios do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná – esse volume foi cultivado em 354 mil hectares, por 182 mil famílias integradas que participaram desse ciclo produtivo, formando um universo de aproximadamente 800 mil pessoas no meio rural (IBGE, 2010).

Ao levar em conta os interesses econômicos envolvidos no cultivo do tabaco e a estrutura de produção bastante consolidada, percebe-se que há dificuldades significativas para a introdução de sistemas de produção alternativos a curto e médio prazo.

Com esse cenário de discussão sobre a reconversão das áreas produtoras de fumo, este estudo busca compreender o papel do tabaco nas unidades de produção e sua importância na renda familiar; assim como prospectar as alternativas encontradas pelos agricultores e compreender os fatores que influenciam as estratégias dos meios de vida dos fumicultores e ex-fumicultores. Para a realização da presente pesquisa, foram selecionadas as famílias que produzem ou deixaram de produzir o “fumo de galpão” nos municípios de Capanema e Planalto, no Sudoeste do Paraná.

A FUMICULTURA COMO MEIO DE VIDA

De acordo com Chambers e Conway (1992), Scoones (1998), Carney (1998), Perondi (2007) e Perondi et al. (2008), o termo “meios de vida”

posiciona as pessoas no centro da explicação do contexto de desenvolvimento, sendo intrínseco o uso do adjetivo sustentável em qualquer discussão dos meios de vida.

Os meios de vida consistem nas capacidades, atividades e recursos (provisões, recursos, sustentação e acessos) necessários para o sustento. Um meio de vida é sustentável quando pode enfrentar e recuperar-se de um estresse ou impacto, mantendo ou expandindo sua capacidade e seus bens, provendo oportunidades de meios de vida sustentáveis para a próxima geração, contribuindo para o benefício de outros meios de vida em níveis local e global, em curto e médio prazo. (CHAMBERS; CONWAY, 1992, p. 5, tradução nossa).

Para Ellis e Freeman (2005), e Perondi (2007), é necessário relacionar a abordagem dos meios de vida com o processo de diversificação econômica, ou seja, a diversificação dos meios de vida. Primeiro, porque a própria definição de livelihood (meio de vida) é entendida como um conjunto de ativos, atividades e formas de acesso e uso que determinam o modo de viver de um indivíduo ou família. Segundo, porque a noção de diversidade é um atributo que se manifesta nas formas de rendas, atividades, ocupações, sistemas de produção, estrutura fundiária, entre outras. E terceiro, porque a diversificação dos meios de vida pode representar uma ferramenta para compreender o grau de vulnerabilidade ou mesmo exposição aos riscos de agricultores ou de famílias rurais. Com isso, a abordagem sobre a diversificação dos meios de vida se adequa perfeitamente para a análise das estratégias dos fumicultores e ex-fumicultores do presente estudo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa realizada para este estudo sobre a diversificação dos meios de vida dos agricultores envolvidos com os sistemas de produção com tabaco contemplou a análise das estratégias dessas famílias na busca por sua reprodução social. Para isso, optou-se pela realização do estudo comparativo de casos sobre os meios de vida de fumicultores e ex-fumicultores dos municípios de Capanema e Planalto, localizados no Sudoeste do Paraná.

Embora a região Sudoeste não apresente o cultivo de tabaco de forma tão intensa quanto a região Centro-Sul do Paraná, alguns municípios dessa região, como Capanema e Planalto, se destacam entre os maiores produtores de fumo do estado. Além disso, nessa região, ocorre a produção da variedade Burley em um sistema produtivo conhecido como “Fumo de Galpão”, em que o

manejo, colheita, secagem e classificação são diferentes daqueles do “Fumo de Estufa”, existente na região Centro-Sul, permitindo o estudo de outro sistema de produção envolvendo a cultura do fumo.

Essa pesquisa foi realizada no ano agrícola de 2008-2009, e a escolha das primeiras famílias pesquisadas foi resultante de indicações de lideranças e agricultores dos respectivos municípios. Esses entrevistados, por sua vez, sugeriram nomes de ex-fumicultores que conseguiram substituir a renda obtida do cultivo do tabaco pela renda de outras atividades agrícolas e não agrícolas bem como de fumicultores inseridos em outras atividades econômicas. A seleção das famílias a serem entrevistadas buscou a abrangência de diversas situações existentes nos municípios até que se esgotassem as opções e atividades alternativas encontradas pelos agricultores.

Para a coleta dos dados, foi utilizado um formulário de diagnóstico do sistema de produção e composição da renda, e, para a melhor compreensão do contexto e dos problemas relacionados, foram feitas algumas entrevistas semiestruturadas.

A pesquisa foi realizada nos municípios de Planalto e Capanema com 42 famílias rurais, sendo 14 produtoras de tabaco e 28 ex-produtoras. O estudo não tem a pretensão de representá-las estatisticamente, mas compreender como o tabaco está inserido nas unidades de produção, com base na percepção dos agricultores em relação ao seu cultivo, bem como observar as estratégias do meio de vida dessas famílias.

Assim, a pesquisa de campo permitiu a obtenção das informações que serão discutidas a seguir.

O FUMO COMO VIA DE ACESSO AOS MEIOS DE VIDA

Questionados com relação à opção por plantar tabaco, alguns fumicultores declaram gostar da atividade; afinal de contas, esta viabilizou a realização dos investimentos que desejavam nas propriedades. Essa realidade é factível por ocupar a família do agricultor o ano inteiro (plantio, secagem, classificação e enfardamento) e possibilitar, em anos com boa safra, uma renda significativa por área cultivada, a qual as atividades exercidas na região têm dificuldade

de proporcionar, principalmente quando se levam em consideração o relevo acidentado e a área reduzida dos estabelecimentos da região.

Isso pode ser observado na fala de alguns agricultores, como nesta resposta de um agricultor, ao ser indagado sobre a opção de cultivar fumo:

Olha, positivo, na verdade, é porque ele dá renda. É o que mais sobra, mas também é o que dá mais serviço. Mão de obra é o que você usa mais, porque você leva dez meses desde o plantio até a colheita. Então o positivo é que em área de terra, ele rende bem (Família 42).

Essa remuneração permite a realização de investimentos no estabelecimento e, em alguns casos, torna possível a compra de outras áreas de terra para que os filhos possam seguir trabalhando na agricultura, conforme é possível observar no relato da família a seguir:

Faz vinte e cinco anos que estamos trabalhando com fumo, mas a gente cansa de lidar com tanto veneno, a gente pega mais idade, né. Então a gente está com plano de parar com esse serviço. Porque o que era para fazer, nós já fizemos. Cada um dos filhos tem o canto de terra deles e se não fosse o fumo não teriam (Família 6).

Outros fumicultores, embora não gostem da atividade, encontram nela a possibilidade de continuar no meio rural ou, até mesmo, de construir um galpão para, embaixo, proteger os implementos e construir uma estrebaria para a produção de leite. A inclusão dessa outra atividade pode garantir a manutenção da família com o seu rendimento mensal, liberando a renda oriunda do cultivo do tabaco para a realização de outros investimentos.

Nós não queríamos mais plantar de jeito nenhum, mas aí compramos um lote para um dos filhos e aí a gente não tinha todo o dinheiro. Então pega emprestado, mas e daí para pagar? Porque plantando fumo, o dinheiro vem todo de uma vez, e com o leite, vem durante o mês e então a gente vai se virando com esse (Família 10).

Alguns fumicultores também relataram que se sentem forçados a continuar cultivando tabaco para sanar dívidas contraídas em safras anteriores, por meio do financiamento propiciado pelas empresas para os investimentos necessários para a realização da atividade. Além do financiamento, as empresas fornecem acompanhamento técnico para a realização do cultivo, colheita, classificação e confecção dos fardos, e garantem a comercialização. Em contrapartida, os fumicultores preparam a área para cultivo; plantam; controlam as pragas, doenças e plantas daninhas; colhem; secam; classificam; e fazem os fardos. Entretanto, são os agricultores que se submetem aos riscos do processo

de produção: as intempéries climáticas, o ataque de pragas e doenças, os problemas de saúde oriundos da intoxicação por agrotóxicos ou do contato com a nicotina. Além disso, têm que se submeter às exigências da empresa e ao preço que esta estabelece ao seu produto. Tais circunstâncias acabam deixando os agricultores em eminente situação de risco e, muitas vezes, vinculados ao sistema das empresas de fumo, mesmo que não o queiram, conforme é possível observar nos relatos das famílias 26 e 8:

Não parei de plantar fumo ainda, porque tem que pagar o galpão. Esse ano o que me segurou foi a prestação que tem pra pagar. Eu até tentei vender ele, mas não vale a pena agora que está quase pago, então, vamos sofrer mais um pouquinho (Família 26).

Nunca foi fácil plantar fumo. Eles pegam pelo valor que eles querem, fazem o que eles querem e mandam. Por isso que não é fácil. Essa parte que é ruim. Não é como outro produto que tu vai ali na cooperativa e sabe mais ou menos o preço. Nós podemos pesar o fumo aqui em casa, mas não vale. Nós podemos classificar aqui, mas não vale a nossa classificação. É eles que mandam. Não temos outra atividade para poder pagar essa dívida. Só se fosse sair daqui pra trabalhar, mas fica muito longe, né. E eu já fui trabalhar de empregado, já aconteceu, mas estamos plantando porque somos obrigados (Família 8).

A perspectiva apresentada por Amartya Sen sobre a necessidade de expansão das capacidades humanas para que as pessoas possam efetivar seus objetivos pode ser aplicada para a situação apresentada por esses agricultores que estão na atividade por falta de outras oportunidades. Para Sen (2000), o desenvolvimento está relacionado ao alargamento das opções de escolha das pessoas, e essas opções de escolha estão diretamente ligadas com as relações de poder existentes na sociedade. Quanto a isso, o autor destaca que o primordial é favorecer meios e possibilidades para os indivíduos tornarem-se capazes de tomar suas próprias decisões e fazer suas escolhas, a fim de alcançar melhorias na qualidade de vida, ficando em segundo plano o acúmulo de capital e os recursos econômicos. Assim, o desenvolvimento deveria proporcionar maior liberdade de escolha aos indivíduos.

O meio rural é formado por pessoas com interesses, motivações e realidades distintas, que interferem nas tomadas de decisões das famílias. No entanto, durante a realização das entrevistas, foi possível perceber que a opção por cultivar tabaco está atrelada à ausência de oportunidades que possam proporcionar facilidades que vão além do crédito para financiamento de

insumos, tais como: o acesso ao acompanhamento técnico das suas atividades produtivas, e a garantia de comercialização do seu produto.

AS OPORTUNIDADES ALTERNATIVAS AO FUMO

Conforme os relatos das entrevistas, muitos ex-fumicultores realizaram a substituição da cultura do tabaco de maneira abrupta, tendo, simplesmente, deixado de produzi-lo de um ano para o outro. Outras experiências revelaram que algumas famílias aumentaram a produção de outras atividades já existentes na unidade de produção (UP), e, em outras experiências, buscaram apostar em novas atividades, auxiliadas pela realização de trabalhos fora das UPs, sejam estes agrícolas, sejam não agrícolas. Outros ex-fumicultores relataram que a substituição foi planejada ao longo de anos, diminuindo ano após ano a quantidade de pés cultivados, e aumentando gradativamente a(s) atividade(s) que substituiriam o cultivo de fumo.

As mudanças de estratégias dos meios de vida não foram reflexos de ações específicas desenvolvidas por agentes externos às unidades de produção. Pelo contrário, as iniciativas partiram dos próprios agricultores por algum tipo de descontentamento relacionado à cadeia produtiva do tabaco.

Entre os descontentamentos apurados, destacam-se:

a) As questões econômicas: quando os agricultores colocam na balança o emprego necessário de força de trabalho e os riscos climáticos, de um lado, e o valor pago pelo cultivo do tabaco, do outro.

b) Os aspectos relacionados ao bem-estar de sua família: os riscos à saúde pelo contato direto e frequente com agrotóxicos⁷, e a intensidade e penosidade do trabalho necessário na atividade.

c) A falta de autonomia determinada pelo sistema de produção integrado e, até mesmo, a insatisfação relativa ao modo como são realizadas as classificações e pesagem dos fardos pelas empresas, muitas vezes não conferindo com a expectativa do fumicultor.

⁷ Os entrevistados não citaram o risco da absorção da nicotina pela pele, pois seus sintomas são confundidos com aqueles oriundos da intoxicação por agrotóxicos. Apesar de a variedade Burley apresentar concentrações menores de nicotina quando comparada a outras variedades, o problema também ocorre com o seu manuseio.

Das 29 famílias ex-fumicultoras, apenas uma declarou que, se fosse possível, voltaria a cultivar o tabaco. As demais – algumas mesmo ainda inseguras em relação ao futuro – declararam que não pretendem voltar a cultivá-lo.

Apareceu uma firma aí financiando galpão e eu experimentei plantar. Fui plantando, fui plantando e daí, quanto mais eu plantava parece que mais difícil ficava. Porque quando não era uma coisa, era outra. Quando não era preço baixo era uma classificação ruim. E daí, a gente começou a enxergar que a gente estava sendo só explorada. Daí, no último ano que eu plantei fumo, eu plantei 35 mil pés, paguei as despesas com a fumageira e sobraram 900 reais. Então eu fiz a conta, estavam com a família inteira em casa, os dois gêmeos e a mulher. Naquele ano eles demoram muito para recolher o fumo nas propriedades, levou onze meses, do dia que eu comecei a fazer os canteiros até o resultado da venda do fumo e sobraram 900 reais. Eu fiz a conta, nós trabalhamos a 25 centavos por dia! (Família 30).

A saúde, a renda, porque não sobrava nada, tirava só para pagar o galpão. E, às vezes, nem para pagar o galpão! (Família 4).

Hoje, eu digo o seguinte, que se quiser que eu morra de fome, eu morro. Mas, se tiver que voltar a plantar fumo, eu não planto... Nunca mais! (Família 38).

Os motivos para o abandono do cultivo do fumo declarados pelos exfumicultores foram muito semelhantes aos declarados pelos ex-fumicultores entrevistados no estudo realizado por Vargas e Bonato (2007), em pesquisa com 79 famílias que já foram fumicultoras. Dos depoimentos dessas famílias, os autores destacaram principalmente: problemas de preço do tabaco (40,5%), problemas de saúde e/ou por uso de agrotóxicos (32,9%) e a falta de mão de obra (25,3%).

Os gestores do Município de Capanema fomentaram mais a diversificação das unidades de produção ao longo dos anos, quando comparados aos do Município de Planalto; entretanto, a pesquisa revela que não há diferenças quanto à qualidade de vida encontrada entre os ex-fumicultores dos dois municípios. Ou seja, com ou sem intervenção externa, as famílias agricultoras dos dois municípios – que optaram por substituir o cultivo do tabaco pela produção leiteira, integração avícola, estratégia não agrícola ou agregação de valor – apresentaram em média bons resultados econômicos.

Nunca, nunca fomos mal, mas na época que vendia o fumo, parece que dava um monte por mês, né. Mas daí, fazia as contas dos meses de trabalho e de quantas pessoas estavam trabalhando, não valia a pena! E depois, vai o ano inteiro e nós não sabia quanto iria ganhar. Já com o leite, cada 30 dias tu sabe o preço e, de um mês para o outro, tu sabe mais ou menos quanto vai ganhar (Família 41).

Aos poucos, os agricultores vão compreendendo as limitações intrínsecas à sua unidade de produção e superando-as, conforme as particularidades e possibilidades de cada família. Nessa mesma lógica, Long e Ploeg (1994) destacam que o desenvolvimento não é algo que vem de fora e que se concretiza por meio de projetos ou pela intervenção externa, pois os grupos locais possuem seus próprios projetos, práticas, estratégias, ações, identidades e motivações. Assim, a construção do processo de reconversão do sistema de produção ocorre por meio da leitura que as famílias fazem de seus recursos e de suas necessidades.

Geralmente e de maneira errônea, espera-se que os agricultores sejam movidos pelas forças do mercado, preços e oportunidades econômicas. Mas, observando alguns relatos das entrevistas, em várias ocasiões foi possível verificar que muitos ex-fumicultores, influenciados ou não por agentes externos de organizações governamentais e não governamentais, trouxeram à tona reflexões oriundas da vivência e experiência que tiveram com o cultivo do tabaco para explicar a decisão de deixar de produzi-lo. Essas reflexões podem ser atestadas nos relatos das Famílias 38 e 21, a seguir:

Eu acho que é a consciência de você ver o que você coloca. Se você vê uma pessoa fumar, você sabe o que você colocou naquele fumo. É demais! É à base de veneno, não tem história. Ele cresce em cima do veneno e nem é mesmo quase em cima da terra. Tu chega a uma conclusão assim: não adianta você ir na igreja rezar ou até pedir alguma coisa para Deus, se do outro lado, você faz uma coisa que mata os outros. Você está produzindo um negócio que mata. Você está arrumando uma arma para alguém. Quer dizer, hoje é crime você ter uma arma? É. Por quê? Porque ela vai acabar matando alguém, então, você fazer um troço que mata os outros né [...] (Família 38).

O fumo não poderia existir. Teria que botar na cadeia quem planta fumo, não quem consome. Porque se ninguém planta, ninguém vai consumir, né. Porque o fumo, ele contamina tantas coisas, é horrível, se vai parar e pensar bem o que é o fumo. A melhor coisa que tinha que fazer seria cortar isso: não existe mais fumo no Brasil, de tipo nenhum! Aí era o melhor papel do governo. O fumo é puro veneno! (Família 21).

Ao observar os relatos dos ex-produtores de tabaco, percebe-se que, a partir do momento em que os agricultores familiares vislumbram a possibilidade de optar por uma alternativa de renda que melhore a qualidade de vida de sua família, o cultivo do tabaco perde seu espaço e importância.

OS MEIOS DE VIDA DE FUMICULTORES E EX-FUMICULTORES

Entre as semelhanças encontradas entre os fumicultores e ex-fumicultores, destaca-se a similaridade na composição familiar e o perfil dos responsáveis, que é composto por homens com idade de 36 a 59 anos e com ensino fundamental incompleto. A média do número de filhos é de 2,5 por família. Entretanto, a média se reduz para 1,4 por família quando se observam apenas os filhos que atualmente residem no estabelecimento.

A área média dos estabelecimentos dos fumicultores é de 9,8 hectares, e os ex-fumicultores apresentaram uma média de 16,1 hectares. Assim, constata-se que os fumicultores geralmente têm áreas de terras menores que as dos ex-fumicultores e que, para as famílias dos fumicultores, o cultivo do tabaco acaba se tornando difícil de ser substituído por uma alternativa econômica, por ele possibilitar uma renda por área superior à das atividades tradicionais existentes na região.

A renda por área de terra é o único ponto positivo em plantar fumo. Porque se você perguntar para mim: você gosta de plantar fumo? Eu digo que não. Daí se você perguntar para mim: porque você planta fumo? É porque ele rende em área de terra. Nenhuma outra cultura se compara, mas no momento que fosse surgir alguma coisa que se comparasse ou fosse melhor de trabalhar, a primeira coisa que nós iríamos largar era o fumo (Família 9).

Entre os entrevistados, não houve família que apresentasse estabelecimento com área superior a 20 hectares. Em relação ao uso da terra, constatou-se que, em média, 2,4 hectares são utilizados para o cultivo do fumo, e a área restante é destinada para atividades de subsistência, como o milho e as criações. O feijão é plantado na mesma área ocupada pelo fumo, após o seu corte.

Das diferenças observadas entre fumicultores e ex-fumicultores, destacase que os primeiros apresentam uma área própria e total, e superfície de área útil inferiores àquelas apresentadas pelos agricultores que abandonaram o cultivo de fumo. Assim, é possível que o tamanho da área tenha facilitado essa estratégia de reconversão, possibilitando que algumas famílias tenham deixado de cultivar o tabaco. Ainda em relação à área, observou-se que 9, dos 14 fumicultores entrevistados, arrendaram áreas de terceiros (em média, 2 hectares) para realizar o cultivo do tabaco, enquanto apenas 3, dos 28 ex-fumicultores, arrendaram terras de terceiros.

Neste estudo, a maioria das famílias apresentou um sistema de cultivo convencional, entretanto, 16% delas possuem um sistema de produção orgânico ou se encontram em transição para ele. Um terço das famílias está integrado a alguma agroindústria, das quais 14 famílias estão integradas à agroindústria do tabaco, e 8 ex-fumicultores estão integrados à agroindústria de processamento de aves ou suínos. Além disso, 8 famílias contam com membros que realizam alguma atividade não agrícola fora da unidade de produção, e 7 delas desenvolvem alguma atividade para-agrícola⁸.

Na Figura 1 é possível verificar a diversidade de receitas que compõem a renda total dos fumicultores e ex-fumicultores. Mesmo sabendo que os agricultores de cada grupo não obtêm receitas de todas as atividades relatadas, é possível perceber que a diversidade está presente nos dois grupos de agricultores.

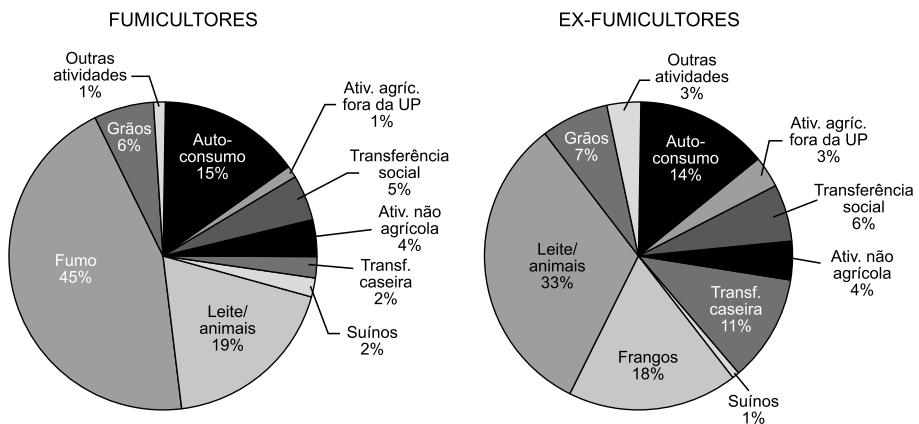


Figura 1. Atividades que compõem a renda total dos fumicultores e ex-fumicultores, e seus respectivos pesos.

Fonte: Perondi (2010).

Embora a área destinada para o cultivo do tabaco seja relativamente pequena, se comparada com as de outras atividades, a cultura representa 45% da renda média total obtida pelos fumicultores, seguida pela produção de leite somada com a venda de vacas para descarte, novilhas e bezerras, a qual

⁸ Entende-se por atividade para-agrícola aquela que envolve a transformação, beneficiamento e processamento de produtos de origem animal ou vegetal, visando à agregação de valor (Perondi, 2007).

representa 19% da renda total (RT). O autoconsumo representa a terceira maior renda média⁹ das propriedades dos fumicultores, com 15% da renda total.

Observando as médias encontradas entre os ex-fumicultores, percebe-se que há uma melhor distribuição das diversas rendas. Com exceção do autoconsumo e da atividade leiteira, a qual está presente na maioria das unidades de produção dos entrevistados, cada família ex-fumicultora, ao longo de sua trajetória, encontrou diversas alternativas para substituir a cultura do tabaco, conferindo na média geral melhor distribuição das atividades.

Entre as estratégias que vêm sendo realizadas pelos ex-fumicultores, a atividade leiteira destaca-se pelo espaço e importância que ocupa na economia das famílias, pois 50% dos entrevistados têm o leite como uma das principais fontes de renda de sua unidade de produção, e quatro dessas famílias já são especializadas nessa atividade.

As demais atividades exercidas pelas famílias – como a produção de suínos ou aves em sistema de integração, a comercialização de hortaliças ou de produtos oriundos da transformação caseira, o turismo rural e a produção de grãos – não apresentam o mesmo peso ou importância para os municípios estudados, mas certamente são fundamentais para a manutenção e reprodução social dessas famílias no espaço rural.

As alternativas que apresentaram melhor resultado econômico aos ex-fumicultores foram aquelas direcionadas à agregação de valor, mas essa estratégia envolve conhecimentos, habilidades, investimentos e especificidades de mercado que tornam essa atividade competitiva a poucas famílias.

As outras atividades que trouxeram maior retorno econômico e foram mais comumente encontradas são: a produção de frangos ou suínos em sistema de integração, e as atividades agrícolas e não agrícolas realizadas fora da unidade de produção. Essas alternativas permitem o ingresso de maior número de famílias, mas, quando consistem no sistema de integração, nem sempre apresentam os resultados esperados pelas famílias, pois a relação

⁹ Segundo Garcia Filho (1999), no cálculo da renda agrícola (RA), incluiu-se o autoconsumo, computado no produto bruto. Entretanto, pode ser necessário calcular a renda monetária (RM) do estabelecimento, especialmente quando a renda disponível for pouco elevada ou quando os produtores tiverem de realizar pagamentos importantes em dinheiro (reembolso de crédito, cultivos com custos elevados, etc.). Nesse caso, a fórmula é simples: $RM = RA - \text{autoconsumo}$.

com as empresas integradoras reproduz algumas dificuldades semelhantes às encontradas anteriormente com as fumageiras.

Ao avaliar os indicadores econômicos das famílias, expostos na Tabela 1, percebe-se que as rendas agrícolas¹⁰ e não agrícolas das unidades de produção pesquisadas são superiores entre os ex-fumicultores, assim como a renda total, que é a soma das rendas obtidas na unidade de produção, com as oriundas via transferência social, e com as atividades agrícolas e não agrícolas executadas fora da unidade de produção.

Tabela 1. Valores médios de alguns indicadores econômicos no ano agrícola 2008/2009, comparando os fumicultores e ex-fumicultores entrevistados.

	Fumicultores	Ex-fumicultores
Nº de famílias	14	28
Renda agrícola média (R\$/Família/Ano)	R\$ 25.007,37	R\$ 24.240,07
Renda total média (R\$/Família/Ano)	R\$ 30.636,22	R\$ 35.945,92
Média da taxa de lucro agrícola	18,5	10,0
Média da taxa de lucro total	21,0	15,8
Média de UTHf	2,7	2,0
Média de residentes	3,9	3,9
Média da renda agrícola em SM/UTHf/mês	1,7	2,3
Média da renda total em SM/UTHf/mês	2,0	2,9
Média de renda total em SM/membro/família/mês	1,4	1,5
Capital imobilizado total	R\$ 213.828,76	R\$ 288.280,51

Fonte: Perondi (2010).

¹⁰ A renda agrícola (RA) é obtida pelo somatório da renda oriunda da produção comercial e daquela voltada para a manutenção da família, subtraído de todos os custos com insumos para produção vegetal, animal e transformação caseira, mão de obra contratada, energia elétrica, água, luz, telefone e despesas com manutenção de máquinas, equipamentos e benfeitorias, ou seja, todo o custo intermediário de produção (CI). Além disso, ainda se subtrai a depreciação (D) das instalações, máquinas e equipamentos existentes na propriedade. Por fim, também se subtrai o divisor do valor agregado (DVA), que corresponde a juros de financiamentos, impostos das terras (ITR), contribuição sindical, entre outros, no período de junho de 2008 a maio de 2009 (LIMA et al., 1995).

A Tabela 1 também apresenta a taxa de lucro agrícola dos dois grupos¹¹. Nesse caso, observa-se que os fumicultores apresentam, em média, uma taxa de lucro agrícola e taxa de lucro total superiores às alcançadas pelos ex-fumicultores. Esses valores revelam a necessidade de investimentos em estrutura física e insumos nas atividades alternativas que permitiram a reconversão do sistema produtivo dos ex-fumicultores, tendo aumentado seu capital imobilizado e diminuído, portanto, sua taxa de lucro.

Assim, as famílias fumicultoras entrevistadas apresentam maiores custos com o divisor do valor agregado (DVA), em virtude dos arrendamentos de terras geralmente exercidos por esse grupo. Entretanto, as famílias ex-fumicultoras apresentam maiores custos com o custo intermediário de produção (CI) e depreciação (D) – esta última é resultante em parte das instalações, máquinas e equipamentos que são necessários para desenvolver as atividades que substituíram o cultivo do tabaco. Isso ocorre porque o fumo de galpão demanda menos máquinas e equipamentos, se comparado às demais atividades agrícolas existentes nos estabelecimentos dos entrevistados.

Embora os ex-fumicultores possuam em média maiores despesas com custo intermediário (CI) e depreciação (D), eles também apresentam maior valor médio de produção bruta – que é obtido somando, em reais, toda a produção animal, vegetal e da transformação caseira, tanto consumida quanto comercializada pela unidade de produção –, o que acaba conferindo em média maior renda agrícola para esse grupo.

A média do número de membros residentes nos estabelecimentos é igual a 3,9, tanto nas famílias fumicultoras quanto nas ex-fumicultoras¹². Porém, quando se calcula a unidade de trabalho homem familiar (UTHf)¹³, vê-se que esta é maior

¹¹ A taxa de lucro agrícola é obtida com a divisão da renda agrícola (RA) pelo capital imobilizado total – que é composto pelos gastos com o consumo intermediário, despesas financeiras, gastos com arrendamentos de terra, gastos com salários, encargos sociais, impostos e taxas, e o valor do capital imobilizado dos animais e reprodutores, o valor da terra e o valor estimado atual das instalações, máquinas e equipamentos. Para a obtenção da taxa de lucro total, dividiu-se a renda total pelo capital imobilizado total.

¹² Os números diferem dos encontrados por Vargas e Bonato (2007), que, estudando a realidade do fumo de estufa no Sul do Brasil, encontraram uma média de 4,2 membros por família fumicultora e 3,8 pessoas por família que não produz tabaco, apontando para uma possível intensificação da necessidade da força de trabalho do “fumo de estufa”.

¹³ Essa unidade corresponde a 300 dias de trabalho de 8 horas diárias de uma pessoa adulta, ou seja, de 18 a 59 anos. Para crianças de 7 a 13 anos, utiliza-se 0,5 UTH. Para jovens de 14 a 17 anos, utiliza-se 0,65 UTH. Para idosos com mais de 60 anos, que auxiliam nas atividades agrícolas, calcula-se 0,75 UTH (LIMA et al., 1995).

entre os fumicultores do que entre os ex-fumicultores. Essa diferença existente é considerável, pois equivale ao trabalho de um homem adulto pelo período de 190 dias, com uma jornada de oito horas diárias.

Com a transformação dos valores da renda agrícola (RA) e renda total (RT) em salários mínimos (SM), observa-se que as médias das rendas por unidade de trabalho homem familiar (UTHf) e, também, por membros residentes nas propriedades (incluindo crianças, inválidos e idosos) são superiores entre as famílias de ex-fumicultores, que apresentam uma melhor renda média, tanto agrícola como total.

A Tabela 2 destaca as diversas rendas e as respectivas porcentagens constituídas nas unidades de produção estudadas. Quando são somadas as demais rendas à renda agrícola – da qual fazem parte a renda obtida com as transferências sociais, com as atividades não agrícolas e com as atividades agrícolas originadas fora da unidade de produção –, percebe-se que os ex-fumicultores apresentam maior renda total.

Tabela 2. Composição média da renda total no ano agrícola 2008/2009 dos fumicultores e ex-fumicultores entrevistados nos municípios de Capanema e Planalto, Paraná.

Tipo de renda	Fumicultores		Ex-fumicultores	
	Valor (em R\$)	Percentual (%)	Valor (em R\$)	Percentual (%)
Renda agrícola	25.007,37	82	24.240,07	67
Ativ. agric. fora da UP	735,71	2	5.846,20	16
Ativ. não agrícola	2.396,00	8	2.325,86	6
Transferências sociais	2.497,14	8	3.533,79	10
Renda total	30.636,22	100	35.945,92	100

Fonte: Perondi (2010).

As rendas não agrícolas são estratégias importantes, encontradas pelas famílias, para substituir o cultivo do tabaco, e mantêm-se viáveis em suas unidades de produção. Os fumicultores também possuem atividades complementares à renda agrícola, uma vez que, das 14 famílias entrevistadas, nenhuma depende exclusivamente do cultivo do tabaco, embora este seja a

principal fonte de renda do orçamento familiar. Geralmente, as famílias buscam uma renda que propicie o pagamento das contas mais urgentes, como a luz, o telefone e as contas oriundas das compras realizadas no supermercado, enquanto esperam pelo pagamento referente ao cultivo do tabaco.

Para evidenciar os fatores que auxiliaram na decisão dos agricultores de continuar cultivando o tabaco, nas declarações dos fumicultores pode-se destacar a relação da renda por área, atrelada à necessidade de realização de menor investimento, se essa atividade for comparada às demais principais atividades agrícolas presentes na região. Entre os ex-fumicultores, as principais motivações para deixar de cultivar o tabaco foram: o fato de não proporcionar a renda econômica que esperavam; problemas de saúde ocasionados pela intoxicação com agrotóxicos; a insuficiência e o desgaste da força de trabalho familiar; além de fatores subjetivos, como a satisfação com a atividade realizada pela família, a necessidade de maior autonomia, entre outros.

A QUESTÃO DA QUALIDADE DE VIDA

Ao considerar as questões ambientais, há muitos estudos realizados em regiões produtoras de fumo que o apontam como o principal responsável pela contaminação do solo e da água do meio rural e urbano dessas regiões. Muitos estudos atestam o impacto toxicológico que os agrotóxicos e seus produtos decompostos ou metabolizados estão produzindo sobre o ambiente e, conseqüentemente, sobre a saúde humana, principalmente sobre aqueles que têm contato direto com esse produto. Mesmo considerando o acompanhamento técnico disponibilizado pelas empresas, sabe-se que os agrotóxicos causam efeitos nocivos ao ambiente e, mesmo que sejam utilizados conforme estabelece a legislação, podem contaminar os solos e os lençóis freáticos, causando intensos desequilíbrios biológicos.

Ao levar em conta as questões econômicas das unidades de produção, pode-se perceber que os agricultores têm condições de manter a sua renda após o processo de substituição do cultivo de fumo por outras atividades produtivas. Além disso, os agricultores apontam muitas mudanças ocorridas para as famílias e suas unidades de produção após terem deixado de cultivar tabaco, destacando-se: o fato de eles terem passado a realizar mais investimentos para melhorar o desenvolvimento das atividades agrícolas; e terem passado a adquirir bens para a melhoria da qualidade de vida, como: carros, reforma ou construção de moradias, entre outros.

Mudou tudo, né. Ficamos mais velhos (risos). Adquirimos a terra, compramos o carro, compramos o trator, fizemos o nosso filho. Depois que ele nasceu foi o último ano que nós plantamos e depois que ele nasceu, nós compramos o carro, a terra, ordenhadeira, resfriador, tudo pago com o dinheiro do leite (Família 16).

Alguns destacaram que a reconversão do sistema de produção proporcionou um ambiente familiar mais saudável, no qual se percebem a diminuição do estresse, menor ocorrência de desentendimentos familiares, e a existência de mais tempo para exercer atividades de lazer e de convivência com a família e vizinhos.

É, pra nós está mais calmo agora trabalhar. Como eu falei, na colheita de fumo tinha que ficar lá fora até onze horas da noite. E nós trabalhava! Às vezes, levantava de manhã, ia para baixo do galpão, de tardinha o João ia fazer o serviço dele, e nós embaixo do galpão [...] (Família 17).

Briga, briga, nós brigava... Quando rasgava um pé de fumo, um xingava o outro e nós ficava até onze horas da noite embaixo do galpão. Oh raiva, eu não fiquei louco, eu não sei por quê! (Família 21).

Apesar de os agricultores identificarem o estresse como fruto da penosidade e intensidade do trabalho exigido no fumo, e como a causa do ambiente familiar conturbado, estudos apontam que esse estresse pode ser consequência da ação da nicotina e dos agrotóxicos no organismo daqueles que atuavam diretamente com o produto.

Assim, a discussão sobre qualidade de vida está diretamente relacionada a um meio de vida que possibilite às famílias as condições de bem-estar, e que viabilize a reprodução social dessas famílias com um sistema de produção que lhe dê mais que apenas a renda necessária para a sua sobrevivência. Isso é demonstrado por falas como esta, de uma família ex-fumicultora:

Qualidade de vida é você gostar do trabalho que você faz, é você ter condições de comprar o que você quer e viver bem com a família, isso para mim é qualidade de vida (Família 1).

CONCLUSÕES

Os fumicultores não dependem unicamente do cultivo do tabaco como fonte de renda, mas de uma composição de rendas, desautorizando a usual afirmativa de que todos os produtores de tabaco dependem quase que exclusivamente da renda deste. Na realidade, percebe-se que a opção pelo cultivo do tabaco decorre

da garantia de comercialização e assistência técnica e da busca por uma atividade que resulte em renda, mesmo em pequenas áreas.

Conforme foi observado nas entrevistas, a opção por deixar de produzir o fumo está relacionada à renda e/ou a outros aspectos, como a insuficiência de força de trabalho familiar; a necessidade do uso frequente de agrotóxicos; os problemas de saúde; a falta de autonomia; e a relação desigual com as fumageiras.

Assim, os ex-fumicultores alegam ter abandonado a produção de tabaco quando encontraram uma alternativa de renda mais atrativa, somada à melhoria da qualidade de vida e à manutenção das garantias de comercialização. E, entre os ex-fumicultores, apenas 1 produtor, dos 28 entrevistados, afirmou que plantaria fumo novamente se pudesse, enquanto os outros afirmam não mais querer cultivá-lo, nem por necessidade.

Cabe salientar que o aspecto econômico pesa na decisão sobre qual atividade pode substituir a produção de tabaco, mas, muitas vezes, não é determinante. A decisão recai na relação entre as possibilidades financeiras e uma melhor qualidade de vida, determinada por uma atividade que oferece menor risco à saúde da família do produtor, com trabalho menos intenso e executado com menor penosidade, entre outros fatores considerados pelas famílias.

REFERÊNCIAS

- BOEIRA, S. L.; GUIVANT, J. S. Indústria de tabaco, tabagismo e meio ambiente: as rendas ante os riscos. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, DF, v. 20, n. 1, p. 45-78, 2003.
- CARNEY, D. Implementing the sustainable rural livelihoods approach. In: CARNEY, D. (Ed.). **Sustainable rural livelihoods: what contribution can we make?** London: Departament for International Development, 1998. p. 3-23.
- CHAMBERS, R.; CONWAY, G. R. Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21st century. **IDS discussion paper**, Brighton, n. 296, p. 1-33, 1992.
- COALITION QUÉBÉCOISE POUR LE CONTRÔLE DU TABAC. **Doações da indústria do tabaco**: aceitar dinheiro da indústria de tabaco ajuda a vender mais cigarros e custa mais vidas. Tradução e adaptação, Anna Monteiro e Paula Johns. Fundação Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Redeh, 2005. 40 p.
- ELLIS, F.; FREEMAN, H. A de. **Rural livelihoods and poverty reduction policies**. London: Routledge, 2005. p. 4.

ETGES, V. E. (Coord.). **Impacto da cultura do tabaco no ecossistema e na saúde humana da região de Santa Cruz do Sul/RS**. Santa Cruz do Sul, RS: Unisc, 2002. Disponível em: <<http://galileu.globo.com/edic/133/agro1.doc>>. Acesso em: 13 fev. 2010.

GARCIA FILHO, D. P. (Org.). **Guia metodológico: diagnóstico de sistemas agrários**. Brasília, DF: Inbra: FAO, 1999.

IBGE. **Pesquisa agrícola municipal**. 2010. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=PA&z=t&o=11>>. Acesso em: 8 fev. 2010.

LIMA, A. J. P.; BASSO, N.; NEUMANN, P. S. **Administração da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores**. Ijuí: Unijuí, 1995.

LONG, N.; PLOEG, J. D. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In: BOOTH, D. **Rethinking social development theory, research and practice**. Essex: Longman Scientific & Technical, 1994. p. 62-90.

PERONDI, M. A. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. 2007. 237 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

PERONDI, M. A. **Relatório do Projeto “Diagnóstico do Sistema de Produção do Tabaco no Sul do Brasil”**. Brasília, DF: MDA, 2010.

PERONDI, M. A. SCHNEIDER, S.; BONATO, A. A. Metodologia para avaliar a diversificação da produção em áreas cultivadas com tabaco. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA E ECONOMIA RURAL, 46., 2008. Rio Branco. **Anais...** Rio Branco: Sober, 2008. 1 CD-ROM.

RETRATO do controle do tabagismo no Brasil. **Revista Rede Câncer**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 14-20, set. 2008.

SCOONES, I. Sustainable rural livelihoods: a framework for analysis. **IDS working paper**, Brighton, n. 72, p. 1-22, 1998.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

USDA. **World markets and trade**. Disponível em: <www.fas.usda.gov/psd>. Acesso em: 10 set. 2010.

VARGAS, M. A.; BONATO, A. **Cultivo do tabaco, agricultura familiar e estratégias de diversificação no Brasil**. Brasília, DF: MDA, 2007. 94 p.

M. A. Perondi et al.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Tobacco & health in the developing world**. Brussels: World Bank, 2002.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **WHO Framework Convention on Tobacco Control**. Geneva, CH, 2003. 42 p. Disponível em: <<http://www.who.int/tobacco/framework/download/en/index.html>>. Acesso em: 20 dez. 2010.

Trabalho recebido em 3 de maio de 2011 e aceito em 4 de julho de 2012.